



A constituição da comunicação em organizações a partir do mundo do trabalho: influências do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)¹.

Claudia Nociolini Rebechi²
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo:

Este artigo apresenta e discute o percurso e as investigações preliminares de nosso estudo de doutorado quanto à constituição da atividade de comunicação em organizações a partir dos registros produzidos pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) no período de 1930 a 1960 no Brasil. Com base na metodologia da Análise de Discurso, o objetivo principal dessa pesquisa tem sido estudar as prescrições para a atividade de comunicação nas relações de trabalho em âmbito organizacional, envolvendo os modelos de atuação propostos pelo IDORT apoiados nos princípios de racionalização da gestão da atividade de trabalho.

Palavras-chave: Comunicação; trabalho; organizações; IDORT; Análise de Discurso.

Apresentação geral do estudo

Em nosso estudo de mestrado³, defendido no ano de 2009 no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP, realizamos uma reflexão crítica sobre a comunicação nas relações de trabalho no contexto da comunicação organizacional no Brasil. A partir de investigações preliminares sobre esta área de conhecimento, havíamos notado que suas discussões a respeito desta temática apresentavam poucas análises críticas apoiadas nos aspectos que tem configurado as transformações contemporâneas no mundo do trabalho. Deste modo, nos propusemos a analisar criticamente a ótica que significativas vozes autorais e a voz institucional da ABERJE, dentro da área da comunicação organizacional, têm sobre as relações entre trabalhadores e organizações.

¹ Trabalho apresentado no DT 3 – Relações Públicas e Comunicação Organizacional do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste realizado de 12 a 14 de maio de 2011.

² Mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP. Bolsista de doutorado do CNPq, docente da Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo e integrante do Grupo de Pesquisa Comunicação e Trabalho da ECA-USP.
E-mail: claudiarebechi@usp.br

³ A dissertação de mestrado foi orientada pela Profa. Dra. Margarida M. K. Kunsch e está disponível integralmente na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP: www.teses.usp.br. Cf. Rebechi, 2009.



Constatamos, em especial, nesta pesquisa de mestrado, que a área da comunicação organizacional, a partir do seu pensamento hegemônico calcado na gestão estratégica, apresenta interesses orientados a planejar estratégias de comunicação que possam auxiliar as tentativas de mobilização da subjetividade do trabalhador, buscando incorporá-lo à própria racionalidade das organizações.

Apontamos que certos momentos decisivos da formação do campo da comunicação organizacional no Brasil estiveram atrelados às modificações do mundo do trabalho, principalmente no que se refere à gestão e realização da atividade de trabalho em organizações. Afinal, chegamos à conclusão de que o fator trabalho mostra-se fundamental não somente para os momentos decisivos da formação da área da comunicação organizacional no país, como também tem sido uma questão central na formulação de todo um campo brasileiro científico da comunicação organizacional.

Diante destas constatações presentes em nossa dissertação de mestrado (REBECHI, 2009), nos colocamos à frente do seguinte questionamento: de que forma a constituição da atividade de comunicação em organizações no Brasil tem relação direta com os princípios que regem a realização da atividade de trabalho? Isto é: quais condicionantes ideológicos, políticos e sociais foram mobilizados inicialmente – em um momento histórico determinado - para uma concepção de comunicação nas relações de trabalho em organizações no Brasil?

Estas questões nos motivaram a desenvolver um estudo em nível de doutorado⁴ – em andamento e iniciado em 2010 no PPGCOM da ECA-USP - que tem como objetivo principal: estudar a constituição da atividade de comunicação a partir dos princípios da racionalização que norteavam a principal forma de organização e gestão do trabalho em organizações no Brasil, no período dos anos 1930 a 1960, tendo por base os discursos formulados pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT).

Em nossa dissertação de mestrado, indicamos que o IDORT participou dos momentos decisivos da formação da atividade de relações públicas no país e, conseqüentemente, da área de comunicação organizacional. Existiu uma relação direta entre o funcionamento deste Instituto e a formação e profissionalização da atividade de relações públicas no Brasil, sendo o IDORT e seus associados os fundadores da

⁴ O título provisório de nosso estudo de doutorado é “Comunicação nas relações de trabalho: análise crítica da perspectiva brasileira a partir do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT (anos 1930-1960)” e está sendo orientado pela Profa. Dra. Roseli Figaro no PPGCOM da ECA-USP.



Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP) em 1954. Promover meios para intensificar a racionalização do trabalho era o principal propósito do IDORT e a atividade de relações públicas era vista como um destes meios. Pois, para os “idorteanos”, as relações públicas bem aplicadas poderiam auxiliar no entendimento dos empregados sobre a filosofia das organizações e obter o apoio destes para as suas atividades.

A pesquisa de mestrado constatou que a influência do IDORT e dos industriais paulistas na formação de uma classe de profissionais e intelectuais da área de relações públicas demarcou fortemente um discurso sobre a comunicação nas relações de trabalho que ainda hoje tem grande força na universidade e na formação de boa parte dos estudiosos que se interessam pelo tema no Brasil. Trata-se de um discurso hegemônico que concebe a relação entre comunicação e trabalho numa perspectiva essencialmente instrumental; apresenta prioritariamente uma posição ideológica em prol dos objetivos da classe empresarial e recorrentemente ignora as contradições e os conflitos das relações de comunicação entre trabalhadores e organizações.

Notamos, portanto, que a investigação da relação entre a atividade de comunicação e os princípios da racionalização da forma de organização e gestão da produção do trabalho, no caso brasileiro, nos apresenta mediada pela atuação do IDORT dada a sua importância. Parece-nos coerente, para a proposta de nosso estudo de doutorado, então, concentrar os esforços de pesquisa sobre esta entidade. Todos os discursos deste Instituto trazem consigo uma particular forma dessa mediação ocorrida no período em questão, décadas de 1930 a 1960.

Sob esta ótica, estamos analisando materiais discursivos do IDORT produzidos na época por agentes significativos dessa classe dirigente que possam nos revelar prescrições ou normatizações balizadoras dos princípios da racionalização na constituição da atividade de comunicação. Princípios, estes, oriundos de uma forma de organização do trabalho dominante na época, ou seja, o taylorismo. Dentre os exemplos destes materiais investigados por nós, podemos citar⁵: a Revista de Organização e Produtividade editada pelo IDORT, relatórios de assistência técnica dada às diversas empresas e serviços públicos e as apostilas produzidas a partir de cursos ministrados

⁵ Material disponível no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp.



pelo Instituto para instruir os interessados em diversos assuntos que se relacionavam diretamente aos princípios da “Organização Racional do Trabalho”.

Em complemento ao objetivo principal desta nossa investigação em nível de doutorado já apresentando anteriormente, temos os seguintes objetivos específicos:

- (A) Estudar as prescrições para a atividade de comunicação nas relações de trabalho em âmbito organizacional, envolvendo os modelos de atuação propostos ao setor industrial paulista e aos órgãos públicos pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), entre as décadas de 1930 e 1960;
- (B) Colaborar com o desenvolvimento das pesquisas que se interessam pelo binômio Comunicação e Trabalho, considerando uma perspectiva mais crítica de objetos teóricos e empíricos;
- (C) Constituir uma abordagem metodológica e teórica, dentro do campo da Comunicação, que leve em conta o estudo da gênese e estrutura de fenômenos comunicacionais, ou seja, seu princípio gerador, como é o caso do uso das prescrições para a atividade de comunicação em organizações;
- (D) Compreender com mais clareza as influências do IDORT na concepção da área de relações públicas no Brasil, especialmente no que tange seus pressupostos científicos;
- (E) Provocar um entendimento mais abrangente e crítico da atividade de relações públicas no mundo do trabalho em contraposição aos estudos que privilegiam sua face instrumental e funcionalista.

Todos os objetivos de nosso projeto estão inter-relacionados e são plausíveis no desenvolvimento de nosso estudo de doutorado. São compatíveis com as hipóteses e a metodologia de nossa pesquisa, as quais serão tratadas mais adiante neste artigo.

A justificativa deste estudo dá-se sob os seguintes ângulos. Primeiramente, a sua contribuição coletiva para as pesquisas concebidas no âmbito das teorias da comunicação. A linha metodológica e teórica da pesquisa que mescla levantamento de dados inéditos em arquivos e sua análise reflexiva, buscando reconstituir uma possível gênese da atividade de comunicação em organizações e suas relações com as formas racionais de gestão do trabalho, sugere uma via profícua e original de trabalho para o pesquisador em comunicação. Este tipo de estudo se justifica na medida em que reforça uma abordagem interdisciplinar da investigação histórica e sua reflexão metodológica e teórica em Comunicação, quando analisados pelos fatores da linguagem e produção do sentido.



Uma segunda justifica quanto à importância deste estudo de doutorado diz respeito a sua contribuição para os estudos temáticos que lidam com Comunicação e Trabalho. Por centrar esforços na compreensão da atividade comunicação no mundo do trabalho, num período histórico específico, esta pesquisa poderá estimular novas apreciações dessa relação entre Comunicação e Trabalho, a partir de um ponto de vista crítico. O fator trabalho, nem sempre apreciado com o devido cuidado pelos estudos de comunicação, é aqui tratado como forma imprescindível para a compreensão da nossa realidade. Nesse sentido, a atividade comunicativa passa a ser relacionada diretamente ao fator trabalho, e vice-versa. Embora se trate de uma análise do passado, um de seus propósitos é buscar oferecer pistas para que se possa iluminar a análise crítica de práticas presentes no mundo do trabalho contemporâneo.

Dada a importância da atuação deste Instituto, já notada por historiadores e cientistas sociais em seus círculos de estudos e dentro dos seus respectivos campos, esta pesquisa pode contribuir para que a área de Comunicação, em sua perspectiva distinta de outros campos, incorpore mais este importante objeto com vistas à compreensão do nosso recente passado.

É possível constatar, a partir da documentação produzida pelo IDORT, o grande interesse do Instituto quanto à normatização das relações de comunicação nas organizações em prol do processo de racionalização da gestão do trabalho, essencialmente no período de 1930 a 1960 no Brasil. E, apesar do rico material disponível para pesquisa, salvo algum engano, nenhum trabalho na área de Comunicação debruçou-se em uma detida análise sobre os discursos produzidos pelo IDORT.

Com base em que foi apresentado até este momento, fica claro que procuramos um enfoque que pudesse nos levar a uma compreensão mais aprofundada, reflexiva e crítica a respeito da comunicação nas relações de trabalho no contexto da comunicação em organizações. A seguir trataremos sobre outros elementos que procuramos – mesmo que de forma ainda preliminar - refletir em nossa pesquisa de doutorado.

Comunicação, prescrições e relações de trabalho

Para os estudos críticos sobre as relações entre comunicação e trabalho, a comunicação é entendida como um processo que extrapola a simples transmissão de informação. Compreende-se a comunicação como experiência humana mediada



fundamentalmente pelas relações de trabalho (FIGARO, 2001; 2008). Deste modo, podemos entender o binômio comunicação e trabalho ancorado inicialmente pela concepção de que estas atividades são essencialmente atividades humanas. Somente ao homem é possível trabalhar e comunicar e estas duas atividades possibilitam-no construir sua realidade social, sendo que comunicação e trabalho aparecem indissociáveis de certa forma. A atividade de trabalho depende da ação do homem e esta práxis humana é articulada pelas relações de comunicação (FIGARO, 2001; 2008).

Dentro deste contexto, portanto, ao concebermos a atividade de comunicação como atividade humana, ou seja, o resultado de suas relações com outros homens e com a natureza, então, nos parece coerente compartilhar da ideia de que comunicação é algo que ultrapassa o conceito de distribuição de informação. A comunicação, deste modo, não se resume e nem se confunde a uma ferramenta ou um instrumento na realização de tarefas na atividade de trabalho. Nesta direção, é preciso superar o tratamento reducionista – caracterizando, muitas vezes, os estudos do campo da comunicação – que destaca o viés instrumental da comunicação no que tangem os aspectos da relação do homem e o seu trabalho. Não é possível separar a ação humana da atividade de comunicação. A comunicação, dessa forma, não deve ser vista sob uma perspectiva funcionalista, cuja preocupação centra-se nos mecanismos da eficácia e da eficiência da “boa comunicação”. Isto é, a comunicação a serviço de algo.

Diante disso, nos perguntamos sobre a significância da “prescrição” nas relações de comunicação no mundo do trabalho, especialmente em contextos organizacionais. O que podemos entender por “prescrição” e qual a sua importância ao tratarmos sobre a atividade de comunicação nas relações de trabalho em âmbito organizacional? Pois, num primeiro momento, podemos equivocadamente conceber que o “trabalho prescrito” resume-se à realização simples de uma tarefa a partir de um conjunto de informações de natureza normativa e administrativa.

A ergonomia, área de conhecimento interessada nas possibilidades de adequação do trabalho ao homem (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), nos traz pistas interessantes e pertinentes sobre as prescrições nas relações de trabalho. Os estudos de ergonomia, especialmente a linha de pesquisa intitulada “ergonomia da atividade” (Telles & Alvarez, 2004), aponta que a realização do trabalho é sempre pensada antes de sua real concretização. Todos nós sempre procuramos anteciper como o trabalho será desenvolvido, os riscos e as possibilidades mais acertadas ao cumprimento do que é



necessário. Esta antecipação, em parte, está baseada nas normas e instruções que aprendemos e recebemos ao longo de nossa vida de trabalhadores. Ou seja, assimilamos prescrições que nos orientam a seguir certas condutas e determinados princípios quando trabalhamos. Sob esta égide, Telles & Alvarez explicam claramente o que são prescrições:

“Consideramos prescrições as ordens emitidas pela hierarquia (oralmente ou por escrito), os procedimentos definidos para a realização do trabalho (uma receita a ser seguida, a configuração de um software a ser utilizado, os parâmetros a serem verificados num controle de processo, os regulamentos de uma instituição), as normas técnicas, de segurança, ou outras que devem ser seguidas, os objetivos explicitados aos trabalhadores em termos de qualidade, prazo, produtividade” (Telles & Alvarez, 2004, p.70).

Assim, podemos dizer que não há trabalho sem algum tipo de prescrição. Aliás, o prescritivo aparece como elemento intensamente explorado nas formas contemporâneas de gestão e organização do trabalho. O taylorismo, por meio da “Gerência Científica”, por exemplo, talvez tenha sido a primeira dessas formas a conceber a prescrição como uma maneira de planejar e controlar a realização do trabalho.

O sistema taylorista intensificou determinados princípios que buscaram impor uma forte racionalidade ao processo de trabalho ao instituir o controle da gerência sobre a realização da atividade no trabalho, sendo que o conhecimento e a experiência do trabalhador não seriam relevantes, já que este não poderia ter autonomia para tomar quaisquer decisões (BRAVERMAN, 1987). O trabalho deveria ser prescrito e a interferência do trabalhador na tarefa a ser realizada precisava ser combatida pela gerência. Todo este pensamento da “Gerência Científica”, desenvolvido por Frederick Taylor, perdurou e deixou uma herança negativa ao falarmos em prescrição no trabalho ou, melhor ainda, ao discutirmos o conceito de “trabalho prescrito”.

O “trabalho prescrito” “é vinculado, de um lado, a regras e objetivos fixados pela organização do trabalho e, de outro, às condições dadas” (Brito, 2006, p. 284) e não pode se resumir ao trabalho taylorista, haja vista que a total uniformização dos métodos para a realização do trabalho não é possível de ocorrer. A padronização estrita da forma de realizar um determinado trabalho, como sempre desejou Frederick Taylor e seus seguidores, é algo inalcançável quando consideramos que trabalhar é uma realização



essencialmente humana e, por isso, passível de renormalizações constantes e contínuas. O homem é capaz de reelaborar prescrições com base em suas experiências e conhecimento, e assim faz a todo o momento: “Por trás dos gestos, os mais simples, há sensibilidade, estratégia, inteligência, todo um saber-fazer amplamente subestimado!” (Schwartz; Durrive, 2007, p. 68).

A estudiosa Jussara Brito (2006) nos lembra, neste sentido, que prescrições (normas, regras) são imprescindíveis à realização de qualquer trabalho. O trabalhador precisa saber os procedimentos básicos para fazer suas tarefas, bem como quais objetivos deve alcançar com elas e como conseguir operacioná-las.

Assim como a tentativa de total padronização de métodos de trabalho é falível e também degradante porque pode gerar danos físicos e psicológicos ao trabalhador, a falta de instrução e de normas pode gerar sofrimentos no ambiente de trabalho. O trabalho do operador de telemarketing é um pertinente exemplo dessa ambiguidade. Sua atividade de trabalho é norteadada por um conjunto de instruções (chamado geralmente de “*script*”) que dita exatamente o que deve ser falado em respostas dadas a clientes, consumidores, que buscam informações ou geram reclamações de serviços e/ou produtos de empresas. Este “*script*”, ao mesmo tempo em que oprime o teleoperador ao restringir as suas falas dirigidas ao consumidor também o aflige porque não traz todas as respostas a dúvidas e questionamentos dos clientes.

Nesta direção, é importante pensarmos sobre as prescrições levando em consideração a dinâmica do mundo do trabalho sem reduzi-las a algo necessariamente negativo que serve apenas para padronizar e rotinizar o trabalho. O trabalho não se resume àquilo que é previsto e planejado. Se por um lado as prescrições ajudam a antecipar a realização do trabalho, evitando, muitas vezes, danos à saúde do trabalhador, por outro elas não conseguem controlar totalmente os trabalhadores e seu trabalho em prol dos processos produtivos e da lógica capitalista. Como mesmo diz Brito, portanto: “o fundamental é discutir: qual prescrição é pertinente?” (Brito, 2006, p. 287).

Os documentos produzidos pelo IDORT, ou seja, o *corpus* de análise de nossa pesquisa de doutorado, nos revelam uma série de prescrições pensadas e difundidas por empresários e intelectuais paulistas na primeira metade do século XX sobre a racionalização do trabalho em organizações. Começamos a observar certos comportamentos e procedimentos que o IDORT concebia na época – décadas de 1930 a 1960 - como adequados às relações de comunicação no mundo do trabalho, dentro do



propósito de articulação dos princípios da “mentalidade da racionalidade” do trabalho em organizações. Dentro deste contexto, destacam-se prescrições geradas pelo IDORT que tangenciam temas como: as relações humanas, o produtivismo economicista e os treinamentos educacionais. Isto é, enunciados constituídos a partir do entendimento de trabalho e de nação ancorados no discurso da racionalização dos industriais paulistas.

Ao entendermos que as prescrições são geradas a partir de ideologias articuladas em diferentes meios e grupos sociais, aquelas que foram pensadas e difundidas pelo IDORT – e que estamos conhecendo por meio dos documentos produzidos por esta organização – mostram sua relação intrínseca com os princípios da racionalização do trabalho elaborados pela principal forma de organização do trabalho, o taylorismo, e difundidos por meio de estratégias pensadas por empresários e intelectuais paulistas da época.

Ao falarmos de prescrições, portanto, estamos procurando entender o que está por trás das orientações e normas elaboradas e disseminadas pelo IDORT. Também, nos interessam os intuítos e as relações de poder que permearam o delineamento das prescrições geradas pelo Instituto no que tangem as relações de comunicação em organizações, pois, certamente, essa investigação nos trará uma compreensão mais clara quanto aos momentos decisivos da constituição do que hoje se concebe por comunicação em organizações no Brasil.

Nesta direção, “prescrições” podem ser compreendidas como práticas socialmente dispostas em que são produzidos sentidos por meio de discursos. No caso de nossa pesquisa, portanto, pretendemos analisar os discursos apreendidos a partir dos registros do IDORT que se mostram relevantes para compreendermos a gênese da constituição da atividade de comunicação nas relações de trabalho em contextos organizacionais.

Os sentidos produzidos pelos discursos do IDORT

Para analisarmos de forma crítica e reflexiva os documentos produzidos pelo IDORT, no que tangem as prescrições delineadoras da atividade de comunicação nas relações de trabalho em organizações nas décadas de 1930 a 1960 no Brasil, optamos pela metodologia da Análise de Discurso. Pois, dentre outros motivos, essa forma de analisar o *corpus* de nosso estudo dialoga muito bem com as hipóteses da pesquisa que



são: (A) a gênese e a estrutura da atividade de comunicação nas organizações são diretamente dependentes das modificações do mundo do trabalho, principalmente quando se pensam as formas de gestão e organização da produção na realização do trabalho; (B) a burguesia industrial paulista, representada pelo IDORT e com base nos princípios da organização racional do trabalho e em sua prescrição civilizatória, teve significativo papel quanto à formulação de políticas de comunicação para organizações e, conseqüentemente, na concepção da atividade de relações públicas no Brasil.

Ao escolhermos a Análise de Discurso como principal metodologia a ser considerada no desenvolvimento de nossa tese de doutorado, nossa clara intenção é compreendermos a produção de sentidos articulada nos discursos geradores da constituição da atividade de comunicação em organizações no Brasil. Esta nossa opção traz consigo o entendimento de que os materiais e documentos produzidos pelo IDORT, mais do que simplesmente instrumentos de transmissão de informação, são um objeto simbólico instituído de significância composta pelas relações de sujeitos que, de acordo com a primeira hipótese de nossa proposta de tese, traz à tona práticas socialmente dispostas (prescrições) formadoras de uma concepção basilar de comunicação em organizações a partir dos princípios de racionalização das formas de gestão e organização do trabalho.

Nesta direção, as formas de análise dos enunciados produzidos pelo IDORT, expressos em seus registros, exigem-nos, sobretudo, refletir sobre os processos de formação da linguagem e da ideologia a eles relacionados e não estritamente sobre os “conteúdos” de suas palavras. Entendemos os dizeres do IDORT como efeitos de sentidos que são construídos em condições de produção determinadas e não meramente como mensagens a serem decodificadas. Não os concebemos como textos que representam ideias pré-concebidas ou os reduzimos aos seus aspectos formais.

Ao considerarmos que o discurso “supõe um sistema significante, mas supõe também a relação deste sistema com sua exterioridade” (Orlandi, 1994, p. 53), devemos analisar os sentidos produzidos nos enunciados do IDORT numa perspectiva histórica. Isto é, mesmo tendo um relevante e bem definido recorte temporal em nosso projeto de tese – décadas de 1930 a 1960 – nossas descrições e interpretações não serão reduzidas a fatos marcados pela cronologia deste período; o que nos interessa, de fato, é como os sentidos dos discursos do IDORT são produzidos e circulam nesta determinada conjuntura sócio-histórica. Compartilhamos com o ponto de vista da mais importante



estudiosa brasileira sobre a Análise de Discurso, Eni Orlandi, quando diz: “o sentido não está já fixado a priori, como essência das palavras, nem tampouco pode ser qualquer um: há determinação histórica do sentido” (Orlandi, 1994, p. 56).

O período histórico escolhido em nossa proposta de estudo é marcado política e economicamente pela formação das bases do desenvolvimento industrial no país, pelo processo de divisão internacional do trabalho e pela perspectiva de “redemocratização” da sociedade brasileira. Circularam discursos, portanto, que tentaram acomodar modos de vida e de trabalho às necessidades de uma sociedade urbana e de um trabalho fabril. E na constituição deste contexto em que uma nova ordem de poderes se estabelecia sob a égide da burguesia industrial paulista, novos campos de conhecimento, mecanismos institucionais e valores ético-culturais, associados à ideia de progresso e modernização, foram articulados em torno do imaginário de uma sociedade harmônica que exaltava a imagem de um trabalho eficiente. Nesta tentativa de controle social, a subjetividade dos indivíduos e suas relações histórico-sociais foram ignoradas (ANTONACCI, 1993).

O material já coletado tem nos possibilitado orientar nossa análise quanto as suas formações discursivas e formações ideológicas. Neste primeiro momento, procuramos entender quem são os enunciadores/enunciatários, como são ditos os enunciados e em quais circunstâncias estes são construídos. O procedimento de análise adotado em nosso estudo de doutorado aborda os textos coletados como elementos que permitirão acesso aos discursos do IDORT.

Nossas escolhas metodológicas têm relação direta com as fundamentações teóricas articuladas com base nos problemas e do objeto de estudo desta proposta de tese de doutorado. A base teórica deste projeto está ligada a formas de se pensar os enunciados do IDORT dispostos socialmente, os campos simbólicos em que estes enunciados circulam, a inserção dos sujeitos na conjuntura sócio-histórica, as lutas de poder que indivíduos e suas classes estão sujeitos. Deste modo, não há como ignorarmos as ideologias que produzem os enunciados. Até mesmo porque, a linguagem e a ideologia são fenômenos inter-relacionados, visto que é na primeira que a segunda se materializa, ou como diz Eni Orlandi:

“é no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito (sempre já-lá)” (Orlandi, 2002, p. 55).



Se nossa intenção é compreender a produção de sentidos articulada nos discursos geradores da constituição da atividade de comunicação em organizações no Brasil, especialmente a partir dos registros do IDORT, então, nada mais plausível e necessário nos apoiarmos na metodologia da Análise de Discurso.

Os sentidos são construídos ideologicamente e é nas formações discursivas que as marcas ideológicas dos enunciados são representadas. A partir das formações discursivas dos textos produzidos pelo IDORT temos notado e estabelecido algumas regularidades quanto às prescrições geradas por este Instituto quanto à constituição da atividade de comunicação em organizações. Isto é, começamos a observar no *corpus* certos comportamentos e procedimentos que o IDORT concebia na época – décadas de 1930 a 1960 - como adequados às relações de comunicação no mundo do trabalho, dentro do propósito de articulação dos princípios da “mentalidade da racionalidade” do trabalho em organizações.

Sob a condição que “comunicação é produção social de sentido” (Baccega, 1998, p. 114), certamente, a Análise de Discurso, como metodologia, possibilitará à nossa tese de doutorado uma profunda compreensão dos processos de produção de sentidos e de formação dos sujeitos determinantes para a constituição da atividade de comunicação em organizações no Brasil.

Obviamente que ao longo do desenvolvimento deste estudo de doutorado conseguiremos consolidar melhor nossas interpretações e apresentá-las futuramente, pois, como nos adverte Eni Orlandi: “a Análise de Discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Este procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho” (Orlandi, 2002, p. 67).

Considerações finais

Conforme indicamos nos momentos iniciais deste *paper*, tínhamos como proposta, aqui, apresentar alguns apontamentos quanto nosso estudo de doutorado sobre a constituição da atividade de comunicação em organizações com base dos discursos e materiais produzidos pelo IDORT e, deste modo, tentamos cumprir com este objetivo. Porém, é importante esclarecer que tratamos somente dos aspectos mais básicos de nossa pesquisa que está avançando e tem propiciado novas informações e interpretações



sobre o tema a serem apresentadas em futuras oportunidades à comunidade científica da área de comunicação organizacional.

Vale destacar que pretendemos, com nosso estudo de doutorado, contribuir para a realização de outras pesquisas que se interessem pelas relações de comunicação e trabalho em organizações a partir de uma perspectiva mais crítica e reflexiva de objetos teóricos e empíricos.

Nossa intenção é ser um contraponto à forma hegemônica de se pensar a comunicação em organizações – especialmente o que se chama de “comunicação interna” - sob os aspectos da gestão estratégica organizacional. Esta característica tem demarcado tal área de conhecimento, dentro do campo maior das ciências da comunicação no Brasil, como um espaço intelectual interessado prioritariamente no planejamento, na administração e no controle do processo comunicativo a favor principalmente do bom funcionamento das organizações. Sob a égide da gestão estratégica, a comunicação organizacional parece, em grande parte, preocupada em pensar estratégias comunicacionais que possam agregar valor aos negócios das empresas, propiciando resultados positivos para o seu êxito. É uma área de conhecimento articulada na academia que está em compasso com as necessidades das formas de gestão produtiva das organizações no que tange as tentativas de mobilização da subjetividade do trabalhador.

Sustentada pela articulação reflexiva e crítica entre seu *corpus*, seus objetivos, seu objeto de estudo, suas hipóteses e sua fundamentação teórica, nossa pesquisa de doutorado tem todas as condições necessárias para apresentar conclusões relevantes no que se refere à gênese da atividade de comunicação em organizações relacionada às transformações do mundo do trabalho, sem perder de vista a historicidade da sociedade brasileira e o saber-fazer de seus sujeitos.

Referências Bibliográficas

ANTONACCI, M. Antonieta M. **A vitória da razão(?): O IDORT e a Sociedade Paulista**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BACCEGA, Maria Ap. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.



BRITO, J. C. de (2006). Trabalho prescrito. In: VENÂNCIO, Escola Politécnica de Saúde Joaquim (org.). **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro, EPSJV, pp. 284-290.

FIGARO, Roseli. **Comunicação e Trabalho**: estudo de recepção, o mundo do trabalho como mediação da comunicação. São Paulo: A. Garibaldi, 2001.

FIGARO, Roseli. **Relações de comunicação no mundo do trabalho**. São Paulo: Annablume, 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso**. Campinas, SP: Pontes, 4 ed., 2002.

ORLANDI, Eni. **Discurso, imaginário social e conhecimento**. Revista *Em aberto*, Brasília, ano 14, n.61, já/mar. 1994, p. 53-59.

REBECHI, Claudia Nociolini. Comunicação nas relações de trabalho: análise crítica de vozes da comunicação organizacional no Brasil. 2009. 145 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SCHWARTZ, Yves; DURRIVE, L. **Trabalho & Ergologia**. Rio de Janeiro: Eduff, 2008. p. 47 – 82.

TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. (2004). Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes. In: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J.; ALVAREZA, D. (orgs.). **Labirintos do trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, pp. 63-90.